

ESP/RS: 40 anos de Educação em Saúde Pública no Rio Grande do Sul

Denise Wolffenbüttel Moreira¹

Resumo: O presente documento foi redigido dentro das comemorações dos 40 anos da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul – ESP/RS. Criada em 1962, a ESP/RS, desde o início, realizou cursos visando à qualificação dos servidores da Secretaria da Saúde. Com um início tímido, a Escola teve 14 diretores, cada um dos quais tendo realizado ações no sentido de desenvolver o Sistema de Saúde vigente ou implantar políticas e programas propostos pela Secretaria da Saúde, Ministério da Saúde e Organização Pan-Americana da Saúde. Foi pioneira no Brasil, junto com o estado do Piauí, na implementação dos Cursos Descentralizados de Saúde Pública, formando parte dos sanitaristas brasileiros. Neste sentido, por dois anos, atendeu às demandas dos estados de Santa Catarina e Paraná. Promoveu o aumento e qualificação de auxiliares de enfermagem, enfocando as abordagens relativas à saúde pública. Igualmente importante foi sua atuação no processo histórico do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que foi o responsável pela implantação do atual sistema de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS/RS). A ESP/RS descreve uma trajetória de 40 anos da Educação em Saúde Pública no Rio Grande do Sul, com inovações de grande porte nos últimos quatro anos, estágio mais maduro do SUS.

Palavras-Chave: Memória institucional; História da saúde pública; Escola de Saúde Pública/RS; Curso de Saúde Pública; Epidemiologia; Enfermagem; Educação em saúde.

Introdução

O presente documento foi redigido dentro das comemorações dos 40 anos da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS). Insere-se também dentro de um dos projetos do Centro de Informação e Documentação em Saúde da ESP/RS, que prevê, entre outras ações, a organização de um acervo histórico, de modo a viabilizar o desenvolvimento de linhas de pesquisa em história da saúde pública no estado. Com este documento, abordamos um pouco da história da criação e das direções da ESP/RS, de 1962 até nossos dias. O papel por ela desempenhado na formação de recursos humanos em saúde pública acompanha as diferentes realidades políticas e sociais (ditadura, período da abertura democrática e dias atuais) no estado e no país.

Criada em 1962, a Escola de Saúde Pública/RS, desde o início, realizou cursos visando à qualificação dos servidores da Secretaria Estadual da Saúde. Sua história começa em uma sala da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com início tímido, porém decidido, a escola teve 14 diretores, cada um dos quais tendo desenvolvido ações no sentido de implantar as políticas e programas propostos pela Secretaria Estadual da Saúde, pelo Ministério da Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Desempenha papel importante no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, tendo em vista a qualificação de recursos humanos, a produção de conhecimento para a melhoria das condições de saúde da população e as intervenções educacionais em saúde coletiva. Foi pioneira no Brasil, junto com o estado do Piauí, na implementação dos cursos descentralizados de saúde pública da Escola Nacional de Saúde Pública, formando

¹ Historiadora, docente da Escola de Saúde Pública (ESP/RS/RS), responsável pela organização do acervo histórico da ESP/RS/RS.

sanitaristas para a região sul do Brasil. Neste sentido, por quatro anos atendeu às demandas dos estados de Santa Catarina e Paraná. Igualmente importante foi sua atuação na formação de auxiliares de epidemiologia (nível técnico), qualificando as ações de notificação de doenças e adoção de medidas de bloqueio da transmissão e contágio no processo de combate e erradicação de doenças como a varíola e outras. Foi relevante sua atuação no processo histórico do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, ocorrido na década de 80 do último século, responsável pela implantação do nosso atual sistema de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS).

A ESP/RS deu continuidade à sua atuação em prol do sistema público de saúde em todas as áreas educativas desenvolvidas desde a sua criação, tendo estendido suas ações, na gestão de seu 14º diretor, à formação de lideranças populares na gestão de políticas públicas de saúde, em composição com a capacitação de conselheiros de saúde, à ação de debate das políticas públicas de saúde junto aos estudantes de graduação dos vários cursos da área, à participação na montagem do primeiro curso de graduação em saúde coletiva da região sul do Brasil e à cooperação técnica e financeira com Instituições de Ensino Superior e associações científico-profissionais da saúde.

Para desenvolver as novas atividades, criou novas estruturas como a descentralização e a regionalização da própria Escola, com os Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva (Nuresc), distribuídos pelas coordenações regionais do sistema estadual de saúde do Rio Grande do Sul.

40 anos de Educação em Saúde Pública: 14 diretores, conservação, progresso, inovação, recuos e avanços

A ESP/RS foi criada em 1962 pelo Decreto Estadual nº 13.812, de 11 de julho e tinha como finalidade *a realização de cursos anuais e regulares para a formação de técnicos nos diversos setores da Saúde Pública* (Art. 2º). O antigo Departamento Estadual de Saúde Pública (Desp) demonstrava a preocupação com a formação dos médicos, técnicos e auxiliares que atuavam nos serviços de saúde pública no estado (Cursos..., p. 245-252). É desta época a fundação da Sociedade de Higiene e Saúde Pública do Rio Grande do Sul, motivada pela necessidade de aprofundar e disseminar conhecimentos científicos na área.

A criação da ESP/RS não é um fato isolado, podemos relacioná-la à Reunião de Punta del Este, ocorrida em agosto de 1961. Esta reunião teve como resultado o compromisso assumido por seus participantes de administrar a saúde por meio do planejamento, visando uniformizar as políticas para o setor na América Latina.

Entre os anos de 1962 e 1963, foram estruturadas as condições para o lançamento do método Cendes/Opas de Planejamento em Saúde², surgido em resposta às demandas interpostas pela Reunião de Punta Del Este. A pauta do momento é a visão *desenvolvimentista*, bastante fortalecida ao final dos anos 1950.

Nos anos de 1970, tem início acentuado a utilização, no Brasil, do Método Cendes/Opas. Este método se baseia na análise da Magnitude, Transcendência e Vulnerabilidade dos danos à saúde, tendo como objetivo maximizar a eficiência e eficácia dos investimentos. O planejamento segue uma tendência, então, absoluta-

² Centro de Estudos do Desenvolvimento da Universidade Central da Venezuela / Organização Pan-Americana da Saúde

mente normativa, centrada em objetivos mensuráveis, justificados principalmente pelo desenvolvimento social que proporcionará. No setor da saúde, este contexto é o do *desenvolvimento de comunidades*, gerando especificidade à saúde pública na chamada *extensão de cobertura*. O *objetivo sanitário passa a ser o aumento da capacidade potencialmente produtiva da comunidade, ou a prevenção do maior número de mortes ao menor custo* (Rivera, 1982, p. 46). A ESP/RS adotava os mesmos critérios e estratégias de ação (ESP/RS, 1972). Num cenário internacional de disputa entre capitalismo e comunismo (a chamada Guerra Fria), a saúde foi uma das áreas onde o capitalismo mais se desenvolveu neste período, contando com financiamentos norte-americanos, desde que o planejamento se compromettesse a diminuir as fontes de desigualdade econômica e social (Fleury e Oliveira, 1985). Por um lado, ao Estado cabia proporcionar saúde ao maior número de indivíduos e, por outro, grandes empresas surgiam, oferecendo novas tecnologias e medicamentos para diagnóstico e tratamento. Trata-se de um processo de complexificação no atendimento à saúde, que aumenta os custos, que são financiados, no Brasil, pela Previdência Social.

Desde o Governo Juscelino Kubitschek, o Brasil vê seu modelo econômico – baseado na agricultura de exportação – substituído pela industrialização. O Brasil quer modernizar-se. Nesta ânsia, os investimentos públicos são dirigidos maciçamente para a melhoria da infra-estrutura (estradas, energia e comunicações). O Brasil urbaniza-se, resultando na melhoria das condições de vida e na maior oferta de trabalho nos grandes centros, mas um forte processo de migração do campo em direção à cidade seria intensificado durante os anos de 1970, como consequência da planificação da economia, apelidada de *O Milagre Brasileiro*.

Como consequência dessa migração, acontece o *inchaço* das capitais (inclusive de Porto Alegre), nas quais se verifica o crescimento acelerado e desordenado de bairros pobres, onde se concentra a maioria dos migrantes. São aglomerados de sub-habitações: sem água encanada, esgoto ou eletricidade; núcleos periféricos sem urbanização. Desta realidade, gerada pela migração e pelo desemprego, tem-se como consequência a proliferação de doenças e agravos como a diarreia, a desnutrição e as verminoses, entre outras.

Neste cenário, com o objetivo de diminuir os gastos com saúde (e manter os trabalhadores produtivos), reorganizam-se as estruturas existentes, a fim de incrementar as ações de prevenção. Aos estados cabia desenvolver as ações em Saúde Pública³.

Entre as recomendações do *Plano Decenal de Saúde Para as Américas*, de janeiro de 1973, originário da III Reunião de Ministros da Saúde em Santiago do Chile, outubro de 1972, para o pessoal especializado em saúde pública, lemos:

Desenvolver programas de treinamento em serviço para aqueles que já atuam no campo da saúde pública, mas que não tenham recebido preparação em uma instituição de ensino, assim como programas de educação continuada destinada a proporcionar orientação, readaptação (devido às mudanças registradas na esfera técnica para atender às necessidades previstas), ou treinamento complementar em uma especialização⁴.

³ Decreto-lei nº 413, de 27 de setembro de 1971, que cria o Sistema Nacional de Saúde, regulamentado pela Lei nº 6.229, de 17 de julho de 1975.

⁴ Tradução do autor.

Verificamos que as políticas de formação de recursos humanos para a área da saúde, no Brasil e no Rio Grande do Sul, seguem aquelas idéias e propostas, de modo a fazer frente à crescente complexificação social da saúde.

Dentro do contexto de grandes transformações econômicas e sociais, intensifica-se a necessidade de investir na melhoria das condições de vida, como parte da estratégia visando à diminuição dos gastos com o sistema de saúde curativa (cada dia mais caro e sofisticado) e ao aumento da produtividade, na medida em que consiga que o trabalhador adoença menos e não falte ao trabalho (Fleury e Oliveira, 1985, p. 8).

Os investimentos em formação e qualificação dos trabalhadores da Secretaria da Saúde⁵ são expressos não só pela organização de cursos, como também pela criação de uma estrutura dentro da Secretaria, destinada a organizar e viabilizar tais atividades. Esta é a origem da Escola de Saúde Pública⁶.

O surgimento da ESP/RS antes da lei que estabelece o Sistema Nacional de Saúde e logo após a Reunião de Punta del Este deixa claro que havia uma ligação dos administradores de saúde pública, no Rio Grande do Sul, com as formulações intelectuais do Planejamento em Saúde disseminadas pela Opas, onde a qualificação dos funcionários da área da saúde representava a condição de sua implementação. Sua ação relacionada à Reforma Administrativa fica clara pelo incremento de suas atividades a partir de 1971.

O Decreto Federal nº 49.974-A, de 21 de janeiro de 1961, que instituiu o Código Nacional de Saúde, colocava, entre outras determinações, no Capítulo III, a *preparação de pessoal técnico*. O artigo 106 identificava *o preparo, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal técnico de Saúde Pública, (como) fundamentais para a execução dos programas de trabalho das repartições sanitárias*.

O artigo 108 determinava a quem competia a formação em saúde pública, abrindo a possibilidade de sua realização *em serviço* para o pessoal de nível auxiliar. O fato de viabilizar a formação em serviço expressava a preocupação com o atendimento à população nas ações curativas:

Os cursos básicos de pós-graduação, os de aperfeiçoamento e de especialização, para a saúde pública, serão ministrados pela Escola Nacional de Saúde Pública, suas congêneres a cursos federais, pelas escolas e cursos equiparados ou reconhecidos pelo Governo Federal, públicos ou privados, podendo o preparo de pessoal auxiliar de saúde pública e o treinamento em serviço ser realizado sob a responsabilidade das repartições sanitárias.

Este artigo do Decreto Federal demonstrava, ainda, que embora existissem cursos destinados à formação em saúde pública, era necessário regulamentar sua atuação, privilegiando o funcionamento das repartições sanitárias.

Em 1962, a Escola de Saúde Pública contava com reduzido número de funcionários, sua forma de atuação caracterizava-se por organizar cursos contando com professores especialmente convidados para cada curso, a cada edição. A maioria dos professores convidados integrava os quadros da própria Secretaria da Saúde, salvo quando não havia na Secretaria profissional com a formação necessá-

⁵ Utilizamos sempre a denominação Secretaria de Saúde, embora nem sempre esta tenha sido sua denominação oficial. Fizemos isto apenas para privilegiar a narrativa referente a ESP/RS, já suficientemente complexa.

⁶ Utilizaremos a sigla ESP/RS, embora no Decreto de criação conste a sigla ESPE (Escola de Saúde Pública do Estado).

ria. Neste caso, eram convidados professores ou técnicos de outras instituições, geralmente de fora do estado.

Embora tenha sido criada em 11 de julho de 1962 e tenha tido a nomeação de seu primeiro diretor, Ernani Saldanha Camargo, oficializada em 15 de janeiro de 1963 (Portaria nº 29), por questões políticas, como a mudança do Secretário de Saúde, quando Lamaison Porto é substituído por Hélio Helbert dos Santos, a ESP/RS e seu primeiro diretor não executaram gestões efetivas. Ernani S. Camargo deixou a direção da ESP/RS, a pedido, em 27 de janeiro de 1964, segundo Portaria nº 62. Em 1968, assume como Secretário da Saúde Francisco de Castilhos Marques Pereira e, então, Ernani S. Camargo volta a ser nomeado para o cargo de Diretor da ESP/RS (Portaria Interna nº 43, de 26 de janeiro de 1968), permanecendo no cargo até 08 de julho de 1971, quando se aposenta. É a partir de 1968 que são registrados os primeiros cursos desenvolvidos pela ESP/RS. De 1963 a 1968, as qualificações ao nível de especialização eram realizadas fora do estado, sendo custeadas por verba destinada para esse fim.

O **Curso Básico de Administração em Saúde Pública**, dirigido aos funcionários em cargos de chefia, deu início a uma longa série de cursos, todos com a mesma programação curricular, nas repartições sanitárias das treze (13) Delegacias Regionais de Saúde⁷. Os dois primeiros foram realizados em Porto Alegre e São Leopoldo (Camargo, 1969). Este curso tinha o caráter de aperfeiçoamento. Na direção de Ernani S. Camargo, a ESP/RS também ofereceu o Curso de Administração de Serviços de Saúde para o pessoal administrativo. Este curso obteve o reconhecimento do Conselho Federal de Educação (CFE). O Curso contava com a colaboração da Opas/OMS e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Escola de Administração).

É emblemático o fato de os primeiros cursos serem voltados à **administração em saúde**. Em documentos de diferentes origens, tanto administrativos como relatórios de encontros de categorias profissionais (ESP/RS, 1973), é mencionada a lacuna existente na formação dos profissionais da saúde, tanto no que diz respeito aos conhecimentos sobre administração em saúde pública, como ao distanciamento da teoria à prática na gestão de sistemas e serviços de saúde. A ESP/RS começava a cumprir seu papel, qualificando os trabalhadores da Secretaria da Saúde no que diz respeito à administração pública. De acordo com o Regulamento da ESP/RS, deveriam ser oferecidos por ela os seguintes cursos:

- I. Cursos Básicos de Saúde Pública;
- II. Cursos de Aperfeiçoamento e de Especialização;
- III. Cursos para técnicos e para auxiliares;
- IV. Cursos Intensivos;
- V. Cursos Regulares.

Os Cursos Básicos de Saúde Pública (CBSP) eram destinados à formação de médicos, engenheiros e enfermeiros em saúde pública. O CBSP para médicos e enfermeiros dividia-se em duas partes, a Fundamental (obrigatória) e a Complementar, a ser escolhida pelo aluno dentre as seguintes opções: Administração Sanitária, Puericultura, Medicina do Trabalho ou Endemias Rurais. O CBSP para engenheiros também se dividia em duas partes, uma Fundamental (igualmente obrigatória) e outra Complementar, a escolher entre: Água, Esgoto, Saneamento Rural ou Higiene Industrial.

⁷ Na época a divisão territorial do Rio Grande do Sul totalizava 13 delegacias regionais.

A Escola de Auxiliares de Enfermagem (EAE), existente na Secretaria da Saúde, configurava o núcleo de cursos para técnicos e auxiliares da ESP/RS e, de acordo com o parágrafo único do artigo 76 do Regulamento da ESP/RS, esta escola só passaria a integrar definitivamente a ESP/RS quando fosse oficializada pelo Governo Federal.

Em 1967, quando foi criado o cargo de Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa, no governo federal, foram desencadeadas ações relativas aos estados. No Rio Grande do Sul, a implementação da Reforma Administrativa só aconteceu efetivamente a partir de 1969, quando foi criada a Unidade de Planejamento, no âmbito da Secretaria da Saúde. Posteriormente, em 1971, foi criada a Secretaria do Planejamento, com repercussões ainda maiores na estrutura e na dinâmica da máquina pública. Desencadeou-se um intenso trabalho de coleta de informações sobre a infra-estrutura e os recursos humanos disponíveis e o levantamento, conhecimento e utilização de dados epidemiológicos tiveram ampla absorção. Esta informação sanitária visava desenvolver a administração em saúde por objetivos, tendo como meta a solução de problemas pontuais e agudos, com a máxima eficiência e ao menor custo.

Após a aposentadoria de Ernani S. Camargo, assumem a direção da ESP/RS, respectivamente, Maria Helena Alvim (mar/1971 a jul/1971) e Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro (jul/1971 a abril/1972). No ano de 1971, já em plena Ditadura Militar, o Brasil acelera sua industrialização e relacionada a este desenvolvimento está a saúde da população. A saúde passa a ser vista como um bem que se pode comprar e que todos têm a obrigação de auxiliar a promover. A esse respeito, podemos citar o discurso proferido pelo então Ministro da Saúde, Francisco de Paula da Rocha Lagoa (1971, p. 7-9):

Saúde é um bem que se compra. [...] Melhorar a saúde dos povos da Terra é uma questão não só de ordem moral como, principalmente, de ordem econômica; para desenvolvê-la é preciso empregar meios práticos, que tenham consequências de ordem financeira. [...] As medidas preventivas e curativas passaram a ser parte integrante de qualquer projeto de desenvolvimento [...].

Durante o Regime Militar, estes serão alguns dos princípios norteadores das políticas de saúde, com algumas modificações teóricas após 1978, em repercussão à Conferência Internacional de Alma-Ata. No entanto, as mudanças práticas restringiram-se às formas de designação dos objetivos. As propostas de descentralização foram realizadas do ponto de vista administrativo, as ações de educação das comunidades visavam unicamente constituir a população em aliados na consecução dos objetivos sanitários propostos nos projetos e programas de barateamento de custos e extensão de cobertura.

A gestão de Alvim, na direção da ESP/RS, embora tenha sido muito curta, permitiu a organização do II Curso de Administração de Serviços de Saúde para pessoal administrativo. O segundo curso também foi reconhecido pelo CFE. Tinha um total de 360 horas-aula, das quais 54 destinadas ao trabalho de campo. Este curso, realizado pela ESP/RS, novamente contou com a colaboração da Opas/OMS e da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). O grau de instrução mínimo era o ginásial completo (equivalente, hoje, ao ensino fundamental completo, isto é, 1ª a 8ª séries).

Além deste curso, a ESP/RS mantinha cursos de curta duração para pessoal auxiliar em Atualização em Educação Sanitária, Saneamento Ambiental e outros,

contando com a Escola de Auxiliares de Enfermagem. Considerada anexa à ESP/RS, a EAE *é regida por legislação federal e tem por objetivo a formação de pessoal técnico auxiliar* (ESP/RS, 1971). Na direção da ESP/RS de Mendes Ribeiro, desenvolveu-se cursos de curta duração dirigidos à população. Na época, a ESP/RS estava sediada no Centro de Saúde Modelo, principal unidade assistencial de saúde da capital e responsável pela execução dos principais programas educativos em saúde. Seu espaço era reduzido e suas instalações inadequadas. A organização de seis cursos na área de administração em saúde sedimenta a atuação da ESP/RS como formadora dos recursos humanos da Secretaria, no contexto da Reforma Administrativa, embasando o pleito permanente por melhor infra-estrutura.

Mendes Ribeiro foi sucedido, por sua própria indicação, por Jorge Ossanai (1972-1975), cujo início na direção da ESP/RS resultou na transferência de suas instalações para o Edifício Coliseu, na Praça Oswaldo Cruz (Ossanai, 2002), centro da capital, onde passaria a desfrutar de melhores e maiores estruturas físicas. A ESP/RS contribui na formação de recursos humanos para a Secretaria e para a saúde pública estadual.

As novas políticas administrativas (gestão por objetivos, orientada pelos problemas agudos e pontuais de saúde pública) repercutirão na atuação da ESP/RS, intensificando os cursos voltados ao desenvolvimento de programas e projetos em áreas determinadas: Odontologia, Nutrição, Enfermagem (nível técnico e auxiliar), Epidemiologia (formação de auxiliares e técnicos de nível médio), Educação Sanitária, Saúde Materno-Infantil e Radiologia (auxiliar), entre outras. Isto se dá em função de diagnósticos realizados sobre a saúde no estado, seguindo a planificação normativa por objetivos, utilizada nesta época.

Até 1974, a ESP/RS concentrava seus esforços em formar de pessoal auxiliar e de nível médio, tendo se destacado na formação de auxiliares em epidemiologia. A este respeito cabe sublinhar a formação de auxiliares e seu trabalho desenvolvido nas delegacias regionais de saúde no contexto do combate e erradicação da varíola no estado, tendo sido usada a mesma estratégia de notificação e vacinação contra outras enfermidades transmissíveis, sob a denominação de Programa Ampliado de Imunizações (PAI), adotado pela OMS e comandado para todos os países das Américas e outras regiões do mundo.

A ESP/RS realizava, também, os estágios obrigatórios (para os níveis superior e médio), para ingresso no serviço público, na Secretaria da Saúde. O estágio obrigatório foi instituído no ano de 1974, por sugestão de Jorge Ossanai. Tratava-se de uma série de informações transmitidas, ao longo de cinco dias, sobre a estrutura e organização da Secretaria da Saúde, sobre os objetivos institucionais e sobre os direitos e deveres dos servidores. Seus objetivos eram:

1. oferecer conhecimentos sobre a estrutura, organização e funcionamento da Secretaria, bem como dos direitos do servidor e sobre *programas e projetos em desenvolvimento*;
2. possibilitar o início do trabalho sob orientação e supervisão, por meio de *treinamento em serviço*.

O estágio estava dividido em duas etapas: uma teórica, realizada na ESP/RS, e outra no local de trabalho, portanto de caráter prático, mas ainda sob supervisão da ESP/RS.

No decorrer das décadas de 1970 e 1980, a Secretaria passou a utilizar a Técnica de Programação Local Cendes/Opas. Este método de planejamento foi utilizado por todos os países da América Latina, por recomendação da Opas/OMS.

O que se verifica é a influência das políticas internacionais na definição das ações de saúde com repercussões nas ações de formação de recursos humanos. Segundo a Secretaria da Saúde, os critérios para a definição de programas em saúde deveriam ser:

1. importância sócio-econômica do problema;
2. importância do problema como causa de morbidade e mortalidade;
3. vulnerabilidade das doenças às técnicas disponíveis;
4. disseminação da doença por área territorial;
5. relação custo-benefício;
6. capacidade administrativa para a execução dos programas;
7. compromissos internacionais.

Em função dos critérios estabelecidos, um dos programas prioritários da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul é o da educação para a saúde, desenvolvido na Secretaria, pela ESP/RS. A partir de 1972, durante a gestão de Jorge Ossanai, a ESP/RS intensifica essas ações, *visando melhorar as condições de vida das populações pobres para minimizar o aparecimento de doenças ligadas à falta de saneamento, higiene, educação nutricional e de cuidados com a criança*. São desenvolvidos programas de treinamento de inspetores sanitários, com atividades práticas. Estas atividades práticas foram desenvolvidas em um bairro popular, o Bairro Partenon, nos locais onde não havia água encanada ou esgoto. Foram construídos um poço profundo, latrinas nas casas e uma caixa d'água em sua parte mais alta. Iniciava-se uma série de ações visando implementar o saneamento de vilas populares, que daria origem ao Programa de Saneamento Básico (Prosan)⁸ na estrutura da Secretaria da Saúde e até hoje instalado no bairro Partenon (contíguo à ESP/RS).

Outra ação importante desenvolvida na gestão de Ossanai foi a organização do Curso Básico Regional de Saúde Pública, a ser desenvolvido pela própria ESP/RS. Os Cursos Básicos de Saúde Pública eram os cursos de preparação de sanitaristas que começavam a ser descentralizados pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp). Este curso seria de curta duração, voltado à formação de profissionais capazes de pensar novos rumos para a saúde pública no estado, partindo do conhecimento e da crítica à sua realidade. Este curso, tal como foi proposto inicialmente, foi a causa do afastamento do diretor da ESP/RS em meados de 1975. No mesmo ano, porém, já na gestão do novo diretor, Airtton Fischmann, após *aparar as arestas que impediam a sua realização* (Fischmann, 2002), a ESP/RS instituiu, de modo pioneiro, o Curso Básico de Saúde Pública, em convênio com a Escola Nacional de Saúde Pública⁹. Por este convênio, a ESP/RS deveria fornecer a infra-estrutura e equipamentos, além de remunerar os docentes provenientes da Ensp. A Ensp forneceria os professores, apostilas e coordenaria a metodologia de ensino, que por sua vez seria acompanhada por servidores da ESP/RS, a fim de que pudessem adquirir os conhecimentos e habilidades necessários à docência. Desta forma, o convênio funcionaria, também, como formador de formadores locais. Iniciava o primeiro curso de formação de sanitaristas da ESP/RS, embora os alunos frequentassem uma parte do curso na própria Ensp.

⁸ O Prosan tornou-se um setor específico na Secretaria da Saúde a partir de 1982. Este programa foi avaliado e recomendado pelo Ministério da Saúde e pelo BID como solução para o saneamento em vilas populares (Ossanai, 2002).

⁹ Decreto Legislativo nº 3.347, de 17/11/1975, publicado no D.O. de 01/12/1975

A ESP/RS deparava-se definitivamente com um papel na gestão estadual de saúde: funcionar como *centro de formação e qualificação dos trabalhadores da Secretaria da Saúde*, de acordo com as necessidades determinadas pelos projetos a serem desenvolvidos. Cabe lembrar que as ações em saúde eram determinadas por objetivos, portanto não tinham um caráter de continuidade, com exceção do Curso Básico de Saúde Pública. Grande número dos cursos realizados nesta época (décadas de 1970 e 1980) caracterizava-se por serem de curta duração e muito específicos, o que determinava a sua descontinuidade.

O Curso Básico de Saúde Pública foi oferecido nos anos de 1975 a 1978. Os alunos cumpriam uma parte do currículo na ESP/RS e outra junto à Ensp. Nesses primeiros anos, a ESP/RS atendia, também, à demanda de formação de sanitaristas para os estados de Santa Catarina e Paraná. Em 1979, o curso passou a ser oferecido por inteiro na ESP/RS e a denominar-se Curso de Saúde Pública. Um dos objetivos do curso era gerar *uma capacidade multiplicadora de preparação de pessoal para a saúde* (Souza, 1982), além de desenvolver em cada estado a capacidade de preparação de pessoal.

Em 1982, atendendo à legislação educacional brasileira, os cursos de saúde pública passaram a cumprir os requisitos para a especialização acadêmica. A Ensp passou a denominar seus cursos realizados em parceria como Cursos Descentralizados de Saúde Pública e cada estado podia/devia incluir temas de seu interesse na relação de disciplinas básicas. A ESP/RS vive, então, seu período de maior tensão política, pois a Secretaria da Saúde questionava duramente o crescimento da área de Ciências Sociais em Saúde na formação dos sanitaristas.

Neste período, a ESP/RS desenvolveu cursos, tanto de especialização em Saúde Pública, como de formação de auxiliares e técnicos em enfermagem e em epidemiologia e formação de fiscais sanitários (técnicos).

Na gestão de Airton Fischmann, a escola realizou, em convênio com a Opas e o Ministério da Saúde, o Curso de Desenvolvimento Gerencial de Unidades Sanitárias. De alguma forma, esse curso assemelhava-se ao desenvolvido na gestão de Ernani S. Camargo. Entretanto, sua metodologia pertencia a um projeto da política de desenvolvimento de recursos humanos da representação brasileira da Opas.

Foi a preocupação em certificar os cursos que possibilitou que a Escola de Auxiliares de Enfermagem fosse extinta, passando a ESP/RS a reunir, como uma única escola, o conjunto de seus cursos. O decreto nº 21.250, de 10 de agosto de 1971, determinou a extinção do cargo de Diretor da Escola de Auxiliares de Enfermagem, o que já estava previsto no decreto de criação da ESP/RS, em 1962. A este respeito, verificamos, nos arquivos da ESP/RS, que ao longo de várias gestões mantiveram-se ações buscando atualizar permanentemente a estrutura, o Estatuto e o Regimento Interno. Em decorrência de sua atuação dinâmica e fundamental no desenvolvimento dos programas e projetos da Secretaria, tem início a elaboração de projeto arquitetônico visando à construção da sede própria da Escola, com verbas provenientes de convênio com a Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública (Fsesp), ligada ao governo federal e que visava ao exercício de funções altamente especializadas em saúde pública, contando com recursos financeiros privilegiados. O prazo para a entrega da obra era 1978, mas atrasos em licitações e problemas com a construtora atrasaram em três anos a sua conclusão. Um dos motivos do atraso foi a falência da empresa construtora responsável pela obra. Diante da paralisação das obras e da escassez de recursos, a fim de concluir o projeto, foi usada mão-de-obra selecionada entre os agentes sanitá-

rios do Prosan e os responsáveis técnicos foram os arquitetos da Secretaria. A inauguração da sede própria da ESP/RS só aconteceria em 1982, na gestão de Fernando Molinos Pires Filho.

Após a gestão de Airton Fischmann, sucede-o Carlos Dácio Pereira de Araújo, tendo permanecido no cargo de março a dezembro de 1979. Durante sua gestão, dá continuidade aos cursos e treinamentos implantados anteriormente. Naquele ano, o Curso de Saúde Pública (CSP) constitui-se no espaço onde se questiona em profundidade a realidade social e política. Estamos no ano da anistia e da volta dos exilados políticos ao país. O CSP recebe como professores convidados Carlos Gentile de Melo, Maria Cecília Donnângelo e Murilo Vilela Bastos, entre outros. O ano de 1979 é um marco no processo de redemocratização do país; marca, também, o início de uma séria crise econômica, que se arrastou por toda a década de 1980, aumentando o número de desempregados e fragilizando o atendimento público de saúde. Repercute no Brasil a meta proposta na Conferência Mundial de Saúde, realizada em Alma-Ata, no ano anterior: *saúde para todos no ano 2000*. Como estratégia de ação, era proposta a Atenção Primária de Saúde, o planejamento das ações em saúde com a participação das populações e a extensão de cobertura dos serviços de saúde, entre outras. A Conferência assevera que *o povo tem o direito e o dever de participar individual e coletivamente na planificação de sua atenção de saúde*.

Temos, neste período, o nascimento do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira e a criação da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco).

No Brasil e Rio Grande do Sul, operava-se a nucleação de instâncias administrativas regionais, garantindo em cada Delegacia Regional de Saúde a existência de um grupo de vigilância epidemiológica, imunização, planejamento e saneamento comunitário. A ESP/RS desempenhava papel de formação e atualização destes profissionais. Ainda no ano de 1979, é realizado um curso, em conjunto com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, de Aperfeiçoamento em Técnicas de Ensino, destinado aos docentes da ESP/RS.

No período de 1980 a 1983, Fernando Molinos Pires Filho implanta na ESP/RS o setor de pesquisa, filia a ESP/RS à Abrasco e à Associação Latino-Americana e do Caribe de Educação em Saúde Pública (Alaesp). Neste período, a ESP/RS desenvolve estudos em pedagogia, a fim de incluir, nos cursos realizados, técnicas de trabalho da educação popular em saúde. A atuação dos professores, técnicos e alunos será decisiva para o fortalecimento do Movimento da Reforma Sanitária no Rio Grande do Sul, na medida em que desempenham papel educativo e conscientizador da população quanto aos seus direitos e, ao mesmo tempo, confere credibilidade técnica às propostas apresentadas em substituição ao sistema de saúde vigente.

Mantiveram-se os cursos para treinamento do pessoal técnico e administrativo da Secretaria da Saúde. Aspecto marcante deste período foi a inauguração da sede própria da ESP/RS, na Av. Ipiranga, 6311, bairro Partenon, Porto Alegre/RS. A inauguração da sede própria contou com a participação do então ministro da saúde, Valdir Arcoverde, também gaúcho, e ex-diretor da Secretaria da Saúde do Estado.

De março de 1983 a abril de 1987, a ESP/RS foi dirigida por Aluí Oliveira Barbisan. A Abrasco ganha força a partir de 1986, ano em que se realiza o I Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva¹⁰. Entre as principais ações deste período está

¹⁰ Abrasco. Anais do I Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. 22 a 26/ set., 1986, UERJ, RJ.

a participação da Escola na elaboração da Lei nº 8.189, de 23 de outubro de 1986, que cria o Quadro dos Funcionários da Secretaria da Saúde. Foi dada continuidade aos cursos de especialização em saúde pública. Refletindo as mudanças políticas em curso no país (1984, Diretas Já!; 1985, Eleição de Tancredo Neves; 1986, 8ª Conferência Nacional de Saúde e o surgimento do Movimento da Reforma Sanitária). Foi colocado como um dos objetivos dessa gestão a implementação de processo sistemático de avaliação de todos os cursos e treinamentos realizados e, também, a delegação de responsabilidades aos executores das ações e não mais a centralização na pessoa do diretor. Apesar disso, é nesse período que a Ensp sugere encerrar a cooperação com a ESP/RS por discordar de seus processos seletivos para os cursos de especialização e por entender que não se cumpria com suficiente transparência o processo de ingresso e acompanhamento do desempenho de alunos.

Em 1987, tem início o governo Pedro Simon, primeiro governo identificado com as forças de oposição à ditadura, uma vez que na primeira eleição direta para governador, após a queda da ditadura, havia sido eleito um representante das forças conservadoras, Jair Soares, que inclusive era o Secretário Estadual da Saúde. O governo Pedro Simon estabelece como política estadual as propostas do Movimento da Reforma Sanitária. Em 1986, dava início no país a construção do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), atendendo às proposições da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). Sônia Fleury Teixeira e Gastão Wagner de Souza Campos colocam que em nosso país,

a mobilização em torno do projeto de Reforma Sanitária ganhou concretude nas conclusões da 8ª CNS, em 1986, que congregou mais de 4.000 participantes de todos os estados brasileiros. E, posteriormente, ainda em 1986, na constituição da Comissão Nacional da Reforma Sanitária que, com representação dos órgãos governamentais, do setor empresarial, dos trabalhadores e dos profissionais de saúde, apoiada por Grupos Técnicos (Arcabouço Institucional, Financiamento, Ciência e Tecnologia, Saúde do Trabalhador, Informação em Saúde e Saneamento) formulava em suas conclusões a proposta para o novo texto Constitucional e para a nova lei do sistema nacional de saúde (Berlinguer; Teixeira; Campos, 1988).

De abril de 1987 a janeiro de 1989, Lúcia Silva e Silva assume a direção da ESP/RS e implementa uma Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde. Tendo participado do Movimento da Reforma Sanitária, a nova direção tinha como um de seus objetivos imprimir outras características aos cursos realizados pela ESP/RS, preparando os servidores e alunos para a nova realidade da saúde: o SUDS e sua progressão militante ao Sistema Único de Saúde (SUS). Como parte deste esforço, foram realizados Cursos de Especialização em Saúde Pública através de convênio com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Passo Fundo (UPF). Além destes, foram realizados outros 2 (dois) cursos de especialização, o de Planejamento, Programação e Gerência dos Serviços de Saúde e o de Epidemiologia. A Comissão Nacional da Reforma Sanitária registrara um intenso percurso de politização nacional da saúde, o Movimento da Reforma Sanitária estava vigoroso e a Assembléia Nacional Constituinte discutia a nova Constituição Nacional. A ESP/RS vive um momento de ação política pela Reforma Sanitária Brasileira e realiza o I Seminário sobre a Reforma Sanitária.

Apesar do empenho desta direção pelo debate e reflexão intelectual sobre a Reforma Sanitária, não se assistiu a investidura de um perfil acadêmico ao períodi-

co editado pela ESP/RS, a revista Boletim da Saúde. O último número desta revista, editado no ano de 1986, caiu no abandono.

Na área de enfermagem, a inovação foi a realização do Curso Supletivo de Qualificação Profissional para Auxiliares de Enfermagem, no período de 1987 a 1989 e em 1991, profissionalizando em massa os atendentes de enfermagem no Rio Grande do Sul. Este é um dos motivos pelo qual o Rio Grande do Sul é um dos estados do país com mais baixo índice de atendentes de enfermagem (categoria ocupacional) em relação à presença de auxiliares de enfermagem (categoria profissional).

Como 10º diretor da ESP/RS, assume Marlow Kwitko, no período de fevereiro de 1989 a janeiro de 1990. Neste período, a ESP/RS retomou a realização das residências multiprofissionais no Centro de Saúde-Escola Murialdo (à época Unidade Sanitária São José do Murialdo)¹¹, abrangendo as áreas de Medicina, Nutrição, Enfermagem e Psicologia. A este respeito, é importante citar o papel fundamental que a ESP/RS desempenhou no estado, não só no âmbito interno da Secretaria da Saúde, mas junto à sociedade civil organizada, no sentido de criticar a realidade da saúde e a necessidade de mudar radicalmente o modelo de atenção à saúde, tanto no que diz respeito à atenção primária, quanto à saúde curativa. Sua gestão deu continuidade ao trabalho da ESP/RS no sentido de contribuir para a implantação das propostas do Movimento da Reforma Sanitária. O Movimento da Reforma Sanitária teve entre seus líderes, no estado, docentes e trabalhadores da ESP/RS, alunos e ex-alunos do Curso de Saúde Pública. Nesta gestão, pela primeira vez o Curso de Saúde Pública foi oferecido em dois anos. Com uma tradição de aulas em dois turnos, o curso era oferecido no correr de um ano. Priorizando o pessoal inserido nos serviços, a ESP/RS passou a oferecer o curso apenas em um turno, estendendo-o entre os anos de 1989 e 1990. Este também foi o período do primeiro governo de esquerda na capital do estado e muitos integrantes da Prefeitura Municipal acorreram a este Curso para instituir uma Secretaria Municipal de Saúde *da reforma sanitária*.

De fevereiro de 1990 a fevereiro de 1991, a ESP/RS foi dirigida por Clóvis Berchoner, indicado por Kwitko, que deixava a direção da ESP/RS. Foi desenvolvido um Projeto de Planejamento para a Educação Continuada em Saúde Coletiva. Sob sua gestão, intensificaram-se os cursos voltados às áreas programáticas (saúde do idoso; da criança e do adolescente; do bebê; da mulher; doenças sexualmente transmissíveis e Aids), iniciados na gestão anterior.

Uma nova direção é investida na ESP/RS. Em maio de 1991, assume Vera Catarina Degani. Degani ocupou o cargo em dois períodos: maio de 1991 a fevereiro de 1994 e janeiro de 1995 a dezembro de 1998. Em sua primeira gestão, de 1991 a 1994, manteve a política de treinamento até então desenvolvida, de forma a qualificar os funcionários da Secretaria para a execução de projetos e programas (vacinação, atendimento materno-infantil, primeiros socorros, abuso sexual e educação em saúde). Incrementou a realização de seminários e encontros voltados para o atendimento e a saúde do idoso e ao atendimento e prevenção do câncer uterino, de mama, de pulmão, de boca e de pele.

¹¹ A residência em saúde comunitária, pioneira no Brasil, é oferecida desde 1976 pelo Centro de Saúde-Escola Murialdo. Em diversos momentos, esta residência foi multiprofissional, embora a única permanência fosse a oferta da residência médica. Nesta gestão referida, foi a última vez, antes da atual gestão da ESP/RS, em que a Residência foi aberta com caráter multiprofissional. O Centro de Saúde-Escola Murialdo passou a pertencer à ESP/RS na década de 1980.

Caracterizou sua segunda gestão pelo desenvolvimento de programas de qualidade no serviço público e realização de concursos para Secretarias Municipais de Saúde.

A cooperação com a Ensp durou até o final do Curso de 1990. No ano de 1991 a ESP/RS não ofereceu o Curso de Saúde Pública. No período de 1992 a 1997, os cursos de formação de sanitaristas da ESP/RS foram oferecidos em cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, contando com a participação de professores convidados, muitos deles ligados à Ensp, uma vez que os três cursos, do período de 1995 a 1997, foram conveniados também a Ensp/Fiocruz. No ano de 1998, novamente não foi oferecido o Curso de Saúde Pública.

Identifica-se como a 13ª diretora da ESP/RS, Cleusa Maria Mendes Pinto, que exerceu suas funções no período de março a dezembro de 1994. Em sua gestão, foi realizado o Seminário de Implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, uma vez que estava sendo criado o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Realizou também uma série de cursos dirigidos à qualificação dos profissionais do SUS no atendimento ao público.

A ESP/RS, sob a gestão de seu 14º diretor, Ricardo Burg Ceccim, desempenhou papel inovador na implantação do SUS, atuando estrategicamente na educação dos profissionais de saúde para o desenvolvimento da Reforma Sanitária. Neste sentido, foram criados Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva (Nuresc) nas 19 CRS¹². Estas estruturas representam importante mudança política, na medida em que a descentralização, antes meramente de execução administrativa, passa a ser da própria gestão e da definição de estratégias regionais. A conquista da autonomia das CRS se reflete na autonomia dos Nuresc, um prolongamento da atuação da ESP/RS junto às regiões para a escuta das demandas de formação e não para a execução de programas de treinamento descentralizados. Pela primeira vez, um programa de capacitação de gestores municipais e regionais de saúde atinge 82% dos municípios gaúchos (setembro/1999 a abril/2000). Foi criado o Fórum de Educação Popular em Saúde, estabelecidos acordos e convênios de cooperação com as Instituições de Ensino Superior (IES), não para que estas legitimassem a ESP/RS, certificando seus cursos, mas gerenciando processos de formação por todo o estado. A estrutura de relações com as IES foi designada como Pólo de Educação em Saúde Coletiva. **Pela primeira vez, a ESP/RS certifica seus alunos do Curso de Saúde Pública**, depois de 24 anos da oferta do primeiro curso (1975). Em 1999, a ESP/RS não ofereceu o CSP, mas retomou o convênio com a Ensp. Em 2000, reiniciam os cursos anuais e a certificação é conjunta da ESP/RS e Ensp. A ESP/RS recebe seu primeiro credenciamento nacional para oferta autônoma de cursos de especialização como única instituição brasileira não universitária a formar especialistas em obstetrícia e neonatologia para a enfermagem. A ESP/RS recredencia suas três residências, registrando em todas elas o estatuto de residência multiprofissional de caráter interdisciplinar (Medicina de Família/Atenção Básica em Saúde Coletiva, Psiquiatria/Saúde Mental Coletiva e Dermatologia/Dermatologia Sanitária). O incentivo ao desenvolvimento de pesquisas em saúde tornou imprescindível a criação do Comitê de Ética na Pesquisa em Saúde (Ceps). Como parte do privilegiamento ao ensino e à pesquisa com estatuto profissionalizado e acadêmico, foi implantado o Centro de Informação e Documentação em Saúde (Ceids), substituindo o conceito de biblioteca setorial, existente deste 1972, e levando esta à situação de biblioteca cooperante do Centro

¹² A regionalização da Secretaria da Saúde, neste mandato, apresentava o número de 19 regiões sanitárias.

Latino-Americano de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). A ESP/RS passa a integrar a rede latino-americana e caribenha de observatórios de recursos humanos, como uma de suas estações de acompanhamento e produção intelectual. A revista *Boletim da Saúde* foi relançada em 2002.

Pela primeira vez, a ESP/RS passa a se relacionar com o ensino de graduação. De um lado, participa da criação do curso da área da saúde na recém criada Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e, de outro, lança projetos de relacionamento com os estudantes universitários dos cursos da área da saúde: projetos de vivência-estágio na realidade do SUS e a realização do I Congresso Gaúcho de Estudantes Universitários da Saúde. Pela primeira vez, é assinada a cooperação técnica e financeira com Associações Científico-Profissionais da Saúde (Medicina, Enfermagem e Odontologia). A ESP/RS é filiada à Rede de Educação e Desenvolvimento dos Profissionais de Saúde (Rede Unida) e à Associação Brasileira de Ensino Odontológico (Abeno).

Conclusão

Ao longo de seus quarenta anos de existência e atuação, a ESP/RS constituiu-se em referência nacional no que diz respeito à formação de sanitaristas, de auxiliares em enfermagem e em epidemiologia e na preparação e qualificação em serviço dos profissionais da saúde.

Tendo iniciado suas atividades na esteira temporal da construção do método Cendes/Opas de planejamento em saúde e amadurecido durante a Ditadura Militar, o período que se estendeu entre 1962 – 1972 – 1982 (criação da ESP/RS, III Reunião de Ministros da Saúde, com sua recomendação de institucionalização da extensão de cobertura e fim da ditadura, respectivamente) ordenou 20 anos de uma história peculiar: neste período, os cursos por ela oferecidos não se destinavam ao debate das políticas públicas de saúde com a sociedade em geral; os poucos cursos oferecidos à população tinham como objetivo ensinar práticas de promoção e manutenção da saúde (dentro do entendimento que trabalhador sã é mais produtivo e representa menos gastos em saúde curativa); oferta de cursos no eixo da ação programática, como cuidados materno-infantis, de administração da saúde pública, de saneamento, de vacinação, de primeiros socorros e outros. A saúde pública forte dos anos iniciais é a saúde pública do planejamento normativo, a saúde pública das doenças transmissíveis, da puericultura, do saneamento e das endemias rurais. Os anos de 1979 e 1980 demarcam a instalação do Curso de Especialização em Saúde Pública *da ESP/RS*, a emergência das ciências sociais em saúde e a emergência de uma militância da saúde coletiva nacional, empenhada na reforma sanitária brasileira. O ano de 1982 inicia com a inauguração do prédio próprio e termina marcando com cicatrizes o fim da ditadura, ano em que docentes de sociologia são transferidos *ex-offício* para trabalhar em postos de saúde.

O período seguinte, de 1982 a 1992, concorre pela implantação da Reforma Sanitária: em 1984, as Ações Integradas em Saúde; em 1986, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde; em 1988, o Sistema Único de Saúde e em 1990, a Lei Orgânica da Saúde. Em 1989 e 1990, os dois anos são utilizados para assegurar o Curso de Saúde Pública para trabalhadores de saúde inseridos em serviços. Diferentemente de tempos anteriores, os trabalhadores não provêm mais dos quadros próprios da Secretaria da Saúde do Estado e sua liberação para o curso não está mais assegurada. Não se trata mais de montar os quadros, tal como prescrevia o

planejamento Cendes/Opas. Os trabalhadores agora vêm das prefeituras e a formação, embora desejada pelos gestores, não se traduz em afastamento remunerado integral. O curso revelou em sua seleção a forte atração municipal em uma seleção que se fez com prova escrita. Em 1992 o curso não foi oferecido.

A última década da ESP/RS, 1991 a 2002, a tradicional relação com a Ensp é encerrada e uma relação com a UFRGS é encetada. A ESP/RS reduz sua presença na Educação em Saúde Pública para dedicar-se ao Programa de Qualidade no Serviço Público e Concursos Públicos. Em 1998, não é oferecido Curso de Saúde Pública. Em 1999, também não foi oferecido Curso de Saúde Pública, mas a ESP/RS lança três novas bases ao trabalho neste mesmo ano (Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva, Pólo de Educação em Saúde Coletiva e Residência Integrada em Saúde), além de desencadear a formação de gestores regionais e municipais de saúde para fortalecer a descentralização do SUS (o primeiro esforço da Educação em Saúde Coletiva foi deslocar o poder da Secretaria Estadual da Saúde para as Secretarias Municipais da Saúde). Em 2002 retorna à circulação a revista Boletim da Saúde, em três números (dois volumes atrasados e o volume do ano).

Para concluir esta breve memória, refiro a Lei Orgânica da Saúde em seu tão *mirrado* (três artigos) Título IV – Dos Recursos Humanos:

Art. 27. A política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, em cumprimento dos seguintes objetivos:

I – organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal.

[...]

Esta citação, espero, diz por si só da importância de recuperar a memória da Educação em Saúde Pública e fazê-la avançar em direções que valorizem os acúmulos técnicos e a projetem para seu compromisso legal. Há muito por fazer, mas não é sem o antecedente do acúmulo de competências, da existência de amparo legal e do desejo dos trabalhadores de saúde. Dadas as bases, cabe-nos a operação.

ESP/RS: 40 años de Educación en Salud Pública en Rio Grande do Sul

Resumen: *El presente documento fue redactado dentro de las conmemoraciones de los 40 años de la Escola de Saúde Pública del Rio Grande do Sul – ESP/RS. Creada en 1962, la ESP, desde el inicio, realizó cursos teniendo por objetivo la calificación de los servidores de la Secretaria da Saúde. Con un inicio tímido, la escuela tuvo 14 directores, cada uno de los cuales habiendo realizado acciones en el sentido de desarrollar las políticas y programas propuestos por la Secretaria da Saúde, Ministério da Saúde y Organización Panamericana de Salud. Fue pionera en Brasil, junto con el estado del Piauí, en la implementación de los Cursos descentralizados de Salud Pública, formando los sanitaristas brasileiros. En este sentido, por dos años, atendió a las demandas de Santa Catarina y Paraná. Fue responsable por el aumento y calificación de los auxiliares de enfermería, enfocando los abordajes relativos a la salud. Igualmente importante fue su actuación en el proceso histórico del Movimiento de la Reforma Sanitaria y fue el responsable por la implantación del actual sistema de salud, el SUS (Sistema Único de Saúde). La ESP/RS describe una trayectoria de 40 años de la Educación en Salud Pública en el Rio Grande do Sul, con innovaciones de grand porte en los últimos cuatro años, fase de mayor madurez del SUS.*

Palabras Clave: *Memória institucional; Historia de la salud pública; Escola de Saúde Pública/RS; Curso de Salud Pública; Epidemiología; Enfermería; Educación en salud.*

ESP/RS: 40 years of Education in Public Health in Rio Grande do Sul

Abstract: *The present document was written within the commemorations of the 40 years of the Escola de Saúde Pública of Rio Grande do Sul - ESP/RS. Created in 1962, ESP/RS, since its beginning, held courses aiming at the qualification of the servants of the Secretaria de Saúde. With a shy beginning, the school had 14 directors, each one of them taking actions in the sense of developing the current System of Health or to implant politics and programs proposed by the Secretaria de Saúde, Ministry of Health and Pan-American Organization of Health. The School was pioneer in Brazil, together with the state of Piauí, in the implementation of the Decentralized Courses of Public Health, forming Brazilian hygienists. In this sense, for two years, it fulfilled the demands of the states of Santa Catarina and Paraná. It was responsible for the increase in number and for the qualification of nursing auxiliaries, focusing approaches relative to public health. Equally important was its performance in the historical process of the Movement of the Brazilian Sanitary Reform that was responsible for the implantation of the current system of health, the Sistema Único de Saúde. ESP/RS goes through a path of 40 years of Education in Public Health in Rio Grande do Sul, with great innovations during the last four years, a more mature stage of SUS.*

Key-words: *Institutional memory; History of public health; Escola de Saúde Pública/RS; Course of public health; Epidemiology; Nursing; Education in health.*

Referências

- BERLINGUER, G; TEIXEIRA, S. F.; CAMPOS, G.W. S. **Reforma Sanitária: Itália e Brasil.** São Paulo: Hucitec-Cebes, 1988.
- BRASIL. Decreto-lei nº 413, de 27 de setembro de 1971. Cria o Sistema Nacional de Saúde, regulamentado pela Lei nº 6.229, de 17 de julho de 1975.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. **Revista da Fundação SESP**, v. 22, n. 2, 1978.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações.** Brasília: DF, 1973.
- BRASIL. Senado Federal. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 set. 1990.
- CAMARGO, E. S. (Org.). **Cursos da Escola de Saúde Pública, 1968-1969.** Porto Alegre, [1969]. Documento interno.
- CHORNY, A. H. El enfoque estratégico para el desarrollo de recursos humanos. **Educación Médica y Salud**, v. 24, n. 1, 1990.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 2., 1978, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABRASCO; UERJ, 1986.
- CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E DE ESPECIALIZAÇÃO. **Arquivos de Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, p. 245-252, 1940.
- ENCONTRO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PÚBLICA, 1., 1973, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: SES, 1973.
- FISCHMANN, A. **Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul – Período 1975 a 1978**, Porto Alegre: ESP/RS, 2002. No prelo.
- FLEURY, S.; OLIVEIRA, J. A. H. **(Im)previdência social: 60 anos de história da Previdência no Brasil.** Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1985, 360 p.

- IYDA, M. **Cem anos de saúde pública**: a cidadania negada. São Paulo: UNESP, 1994.
- LAGÔA, F. de P. da R. **A política nacional de saúde**. [Rio de Janeiro]: Imprensa Nacional, 1971. p. 7.
- ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Memoria de Planificadores**: otra historia de la planificación de salud en América Latina. Programa de Desarrollo de Políticas de Salud/OPS/OMS, Washington, D.C., 1992. (Informes Técnicos, 9).
- OSSANAI, J. **Escola de Saúde Pública, gestão 1972-1975**. Porto Alegre: ESP/RS, 2002. No prelo.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Decreto Estadual nº 13.812, de 11 de julho de 1962. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 14 jul. 1962.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto Legislativo nº 3.347, de 17 de novembro de 1975. Aprova convênio que entre si celebram o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Oswaldo Cruz. **Diário Oficial [do] Estado**, Porto Alegre, RS, 01 dez. 1975. p.1.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Escola de Saúde Pública. **Curso de Administração de Serviços de Saúde, II**. Porto Alegre, 1971. p. 3.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Escola de Saúde Pública. **Diretrizes gerais, infra-estrutura, programação**. Porto Alegre, 1972.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **A Saúde no Rio Grande**, v. 12, n. 1, p. 1, 1976.
- RIVERA, F. J. U. Aspectos Históricos do Planejamento de Saúde na América Latina. **Saúde em Debate**, n. 14, p. 46, 1982.
- SOUZA, A. F. G. Programa de Ensino da Escola Nacional. **Boletim da Saúde**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 28, abr. 1982.